



“Atualizar” o futuro?

Costumava-se considerar o aquecimento global tema esotérico, assunto reservado principalmente a cientistas e alarmistas. Nos últimos anos, porém, dirigentes de todo o mundo tiveram que se debruçar sobre essa questão futurista — o virtual aquecimento da superfície terrestre devido às emissões de dióxido de carbono (CO₂) e outros gases-estufa. Ainda não se sabe ao certo até que ponto as temperaturas deverão subir, nem como serão as possíveis consequências ecológicas e econômicas — se pequenas ou catastróficas —, mas o fato é que as nações estão chegando a um consenso quanto à necessidade de agir.

Assim foi que, na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada em junho de 1992 no Rio de Janeiro, mais de 150 países assinaram uma convenção para estabilizar a concentração desses gases. Os países industrializados reconheceram a conveniência de retornarem aos níveis de emissões vigentes em 1990 até o ano 2000, e criou-se um mecanismo para que no futuro se adotem, se necessário, medidas mais rigorosas. Mas poucas foram as medidas ou metas específicas aí incluídas — reflexo da ampla divergência entre as nações quanto ao seu nível de engajamento. A pedra de tropeço — sobretudo para os EUA — era a escassez de estudos que definissem com precisão os custos e benefícios (danos evitados) de uma redução nas emissões de carbono. Na realidade, tem-se pesquisado bastante sobre os custos, mas muito pouco sobre os benefícios.

Daí a grande repercussão alcançada pelo livro *The economics of global warming*, recém-publicado por William Cline (ver nota), juntamente com o Instituto de Economia Internacional (entidade privada sem fins lucrativos com sede em Washington). Através da análise de custos e benefícios, o estudo conclui que, principalmente por razões de ordem econômica — sem levar em conta muitas consequências ecológicas e dando pouco peso à extinção de espécies —, os países precisam adotar um programa de ação “agressivo”. O que distingue o trabalho de Cline dos de outros autores é o quadro temporal: a análise abrange um período de 300 anos — muito mais do que os habituais 80-120 anos. Além disso, Cline defende o uso de uma módica taxa de atualização (cerca de 2%) — isto é, a taxa à qual convertemos ao seu valor atual os futuros retornos líquidos — proposta controversa, para dizer pouco.

Embora rigorosa ao lidar com gastos e retornos facilmente quantificáveis, a análise de custos e benefícios perde muito de sua precisão quando empregada para avaliar projetos que envolvem um elenco restrito de questões ambientais — notadamente o aquecimento global, a biodiversidade e o esgo-

tamento dos recursos naturais. E o pior é que o mercado não estipula um preço para muitos dos benefícios não-econômicos (belas paisagens, por exemplo). Além disso, existe considerável grau de incerteza com relação a muitos desses benefícios. Outro problema, e aqui vem a propósito a taxa de atualização, é que os custos em questão ocorrem agora, enquanto a maioria dos benefícios só virá no futuro, talvez dentro de várias gerações. Conseqüentemente, até mesmo uma pequena mudança na taxa de atualização usada numa análise de custos e benefícios tem um tremendo impacto no resultado final. Por exemplo, com uma taxa de atualização de 1%, os US\$1 milhão a serem recebidos daqui a 200 anos equivalem hoje a US\$140 mil. Mas com uma taxa de 10%, os mesmos US\$1 milhão valem apenas meio cent (ver tabela).

Eis por que algumas pessoas — especialmente os ambientalistas — insistem na necessidade de tratar de modo diferente os investimentos a longo prazo para proteger o meio ambiente, quando se trata de estabelecer o nível da taxa de atualização. Defendem elas uma taxa de atualização especialmente baixa, pois do contrário, dizem, nenhum projeto em que os custos ocorram agora e os benefícios daqui a muitas gerações passará no teste de custos e benefícios.

Cline também defende uma taxa reduzida, mas por outro motivo. Para ele os projetos ambientais não devem ser tratados de modo diferente. Contudo, se a análise de custos e benefícios usar a metodologia adequada, o resultado — pelo menos no caso do aquecimento global — será necessariamente uma taxa de atualização reduzida.

Outros, como o Banco Mundial, receiam que uma taxa de atualização especialmente baixa viria de fato diminuir a riqueza legada à geração seguinte mediante o financiamento de projetos cuja taxa de retorno fosse inferior à de outros investimentos disponíveis. Isso, por sua vez, reduziria a capacidade ou disposição daquela geração para alocar recursos à proteção ambiental.

Alguns economistas chegam a propor a adoção de um critério preponderante, como a “sustentabilidade” (entenda-se por isso a garantia de que as necessidades presentes sejam atendidas sem prejuízo das futuras gerações). Afinal, alegam, trata-se de uma questão de equidade e propriedade dos recursos: devemos legar à posteridade não só uma certa quantidade de riqueza, mas também uma parcela dessa riqueza em capital natural — o que suscita questões que vão muito além da mera taxa de atualização.

Como as discussões se tornam a cada dia mais acaloradas, independentemente do que esteja se passando com o planeta, *Finanças & Desenvolvimento* julgou oportuno convidar Cline e o Banco Mundial — que partilham do mesmo interesse pelas questões ambientais, mas divergem quanto à melhor maneira de tomar decisões em benefício das futuras gerações — a expressarem aqui seus pontos de vista.

Laura Wallace
Editora Assistente

A diferença que uma taxa faz

Taxa de atualização (Percentagens anuais)	Valor de US\$1 composto em 200 anos	Valor atual de US\$1 recebido daqui a 200 anos
0,0	1,00	1,00
1,0	7,32	0,14
5,0	17.293,00	0,000058
10,0	189.900.000,00	0,00000000527

Fonte: Cline, *The economics of global warming*, 1992.

The economics of global warming, *Institute for International Economics*, 11 Dupont Circle NW, Washington DC 20036, USA, 1992. xi + 399p. US\$20 (brochura), US\$40 (encad.)